



A Comunicação na perspectiva empresarial

Marlene Branca Sólío*

Resumo: Este trabalho reflete sobre como as organizações ligadas à produção de conteúdo de comunicação são, antes de qualquer coisa, organizações, ou seja, têm compromissos ideológicos, visam ao lucro e olham para a notícia/informação como um produto, o que remete a interesse mercadológico. A base do artigo está em pesquisa mais ampla, cujo método está alicerçado na DHE e cuja metodologia contempla a análise do discurso dos jornais Correio do Povo, Pioneiro e Folha de S. Paulo, buscando marcas de poder/ideologia na construção de um discurso estereotipado de violência.

Palavras-chave: Organização, Comunicação, Cultura Organizacional, Ideologia e Poder.

Organização, Comunicação, Cultura Organizacional, Ideologia e Poder são categorias fundantes quando se trata de uma análise de aspectos jornalísticos de um veículo de comunicação. É prudente que se olhe para uma empresa jornalística, antes de qualquer coisa, como uma organização, na qual a comunicação será resultado complexo do embate e da disputa permanente de poder e, simultaneamente, palco onde essa disputa se renova/revigora. Nesse tipo de organização, o *Discurso* materializa a arquitetura comunicacional. O estudo de seu discurso implica a análise da categoria *Cultura Organizacional*, que por sua vez se prende à disputa de poder e criação de sentido, que se materializam na/por meio da *Ideologia*. Mas, a verdade é que existe uma tendência à idealização: à massa de leitores repassa-se a ideia de neutralidade/ objetividade, como se organizações jornalísticas estivessem “acima do bem e do mal”, livres de qualquer tipo de influência/ interesse/ julgamento.

No texto *Organização e estudos organizacionais* (2004, p. 27), Clegg e Hardy alertam que “não se tem certeza, se é que ela já existiu, sobre o que são as organizações; também não se tem certeza sobre como elas devem ser estudadas, a posição do pesquisador, o papel da metodologia, a natureza da teoria. Definir os estudos organizacionais não é, por nenhum meio, tarefa fácil”.¹ Nossa intenção, ao recorrer a essa afirmação, não é relativizar o que já tenha sido afirmado, mas fortalecer a ideia de que certezas absolutas, irredutíveis são perigosas. Ataques e defesas são tomados em relação. Assim, parece-nos fundamental evidenciar a importância do “lugar” de onde olhamos, ou seja, do paradigma que acompanha o pesquisador/analista.

De qualquer maneira:

[...] poucos deixariam de reconhecer o surgimento de novas formas de organização. Externamente, as fronteiras que antes delimitavam as organizações estão sendo

* Professora-pesquisadora no Centro de Ciências da Comunicação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Trabalho submetido ao DT3 - Relações Públicas e Comunicação Organizacional do Intercom Regional 2009.

¹ O texto é a introdução do livro **Handbook de estudos organizacionais**. Modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. v. 1. organizado por CLEGG, Stewart R., HARDY, Cybthia e NORD, Walter R. São Paulo: Atlas 1999.



derrubadas, à medida que as entidades se fundem e se descaracterizam, passando a formar “cadeias”, “conglomerados”, “redes” e “alianças estratégicas”, questionando a relevância de um foco “organizacional”. Internamente, as fronteiras que antes delineavam a burocracia estão também desaparecendo, tornando as organizações pós-fordistas mais ágeis e flexíveis, com menor número de níveis hierárquicos e, para sermos mais rigorosos, *menos* formatadas. (CLEGG; HARDY, 2004 p. 39 grifo do original).

A mobilidade obtida com alta performance possibilita à organização contemporânea uma arquitetura de rede, que a faz, simultaneamente, grande e pequena, a partir da instalação estratégica de unidades coordenadas. Esse desenho teve início no final do século XIX e início do século XX, quando difundiram-se grandes unidades organizacionais, que gradativamente estendiam seus tentáculos às esferas política, econômica e social, como resposta à inviabilidade de uma coordenação individualizada e, ao mesmo tempo, como taxativa demonstração de poder, amparada numa ideologia neoliberal de exaltação do mercado, e que se

expressa através de um discurso essencialmente polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. Superioridade econômica, em primeiro lugar, já que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado permitiram uma alocação ótima dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes. (BOITO, JÚNIOR, 1999, p. 25).

Na sociedade contemporânea as organizações ocupam lugar central. Os sujeitos definem seu espaço social, político e econômico a partir das competências técnicas. Mais do que em qualquer tempo, nos parece impossível pensar a teoria organizacional destacada do contexto social em que as organizações atuam e se desenvolvem. Da mesma forma, seria difícil ignorar as condições estruturais ao considerar inovações conceituais. Como seria possível pensar as organizações sem pensar as variáveis políticas, sociais, culturais e éticas atreladas às questões econômicas? O modo como se desenham e atuam está ligado a fatores da política, da economia e da sociedade onde se inserem, atualizando-se ora como causa, ora como consequência, ora como meio, ora como fim, em movimentação permanente, que inclui, sempre, a disputa interna de poder.

Talvez seja importante não perdermos de vista a relação entre as antigas comunidades e a fraternidade e a oposição que se estabelece a esse modelo se convocamos o par organização/método de controle social. Organizações são, não apenas, mas também, um meio de manter fluxos de ordem e estrutura social. O crescimento exponencial das populações, a sofisticação das “relações de negócios”, o aumento do volume de dados/informações alteram e complexificam seu papel nas sociedades. Cremos importante evidenciar que esse cenário oportuniza, mesmo, uma “brecha” para a transformação desse papel. De coadjuvante, a organização passa a atriz principal, com competência, inclusive, para modificar o cenário, contando, nesse sentido, com suas pares da imprensa. Talvez seja interessante sublinhar a *teoria de ação política* do jornalismo, de que fala Traquina (2001), destacando sua versão de esquerda, segundo a qual “existe um diretório dirigente da classe capitalista que dita aos



diretores e jornalistas o que sai nos jornais” (p. 82). Ainda em Traquina (2001, p. 82), Herman e Chomsky frisam “1. O papel determinante dos proprietários dos mídia e a ligação estreita entre a classe capitalista, as elites dirigentes e os produtores midiáticos; 2. A existência de um acordo entre personalidades da classe dominante e produtores midiáticos; 3. A total concordância entre o produto jornalístico e os interesses dos proprietários e dos elites(sic).”

Cada vez mais a exigência de valores significativos leva a alianças estratégicas, mesmo entre concorrentes.² Essas alianças, que normalmente reúnem parceiros múltiplos, estabelecem base internacional, significando acesso à tecnologia de ponta e a novos mercados. De centros de lucro únicos, as organizações transmutam-se em unidades de mensuração de lucros múltiplos.³ Barbosa e Castro (2008, p. 96), lembram que

é importante conhecer a quem pertence cada veículo de comunicação e quais as relações entre uma empresa de TV aberta analógica ou digital, rádio AM ou FM, provedor de internet, agência de notícias, só para citar algumas mídias, e as informações que disponibilizam às audiências. Esses dados também são importantes para entender por que determinado veículos escolheu *uma* ou *outra* fonte para entrevistar, ou por que construiu uma notícia dessa ou de outra maneira. (grifo do original).

Os mesmos autores lembram, ainda, que na Região Nordeste “há 68 políticos locais que são proprietários de veículos de rádio e TV [...] Os casos mais gritantes são do senador Garibaldi Alves Filho (DEM/RN), que possui dez concessões distribuídas entre rádios AM, FM e TV, seguido do senador José Sarney (PMDB/MA), com nove concessões de rádio AM. FM e TV.” (BARBOSA FILHO; CASTRO, 2008, p.117).

²Serve com o exemplo o jornal *Valor Econômico*, uma associação entre dois concorrentes ferrenhos no jornalismo diário: Grupo Folha e Grupo Globo.

³O quadro fica bem-ilustrado se recorremos à Emenda Constitucional n. 36, de 28/5/2002, aplicada à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No art. 222, temos que “A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

* Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 36, de 28/05/2002

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

* § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional n° 36, de 28/05/2002

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

* § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional n° 36, de 28/05/2002

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantira a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional n° 36, de 28/05/2002

§ 4º A Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

* § 4º acrescido pela Emenda Constitucional n° 36, de 28/05/2002 (DOU de

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

§ 5º acrescido pela Emenda Constitucional n° 36, de 28/05/2002 à Constituição da República Federativa do Brasil/1988 (disponível em: <http://www.camara.gov.br/Sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=244157>). Acesso em 30/ 3/2009.



Traquina (2001) acentua, ainda pautado em Herman e Chomsky, que os mídia norte-americanos estão altamente concentrados, com cerca de uma dúzia de entidades dominando o fluxo das notícias para o público e capazes de estabelecer o valor destas por decisão própria. No Brasil, talvez seja importante lembrar que um pequeno grupo de famílias domina amplamente o setor da comunicação.⁴

Paradoxalmente, fala-se cada vez mais em administração participativa e divisão de poder. Naturalmente, significativo número de organizações depara-se com a resistência a essa distribuição do poder e mesmo com o boicote às ações de desmanche do antigo cenário interno. Pode-se pensar, portanto, que ao aumento da autonomia dos Sujeitos/equipes, corresponde o aumento do controle sobre informações/dados/conhecimento/Sujeitos. Nesse sentido, na imprensa, vale lembrar o papel dos *gate keepers*. Parece interessante, também, trazer a *teoria organizacional* de que fala Traquina (2001, p. 71 e 72), que dá ênfase ao “processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância duma cultura organizacional, e não uma cultura profissional”. O jornalista acaba absorvendo a política editorial *por osmose*: ela não lhe é passada explicitamente, enfatiza Traquina (2001), com apoio em Breed.⁵

⁴ **Abravanel:** TV Stúdios de Brasília S/C Ltda. (Brasília); TV Stúdios de Jaú S.A. Stúdios de Jau S. A. (Jaú); TV Stúdio de Ribeirão Preto S/C Ltda. (Ribeirão Preto); TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. (Rio de Janeiro); TVSBT Canal 3 de Nova Friburgo Ltda. (Nova Friburgo); TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A (São Paulo); TVSBT Canal 5 de Belém S/A (Belém); TVSBT Canal 5 de Porto Alegre S/A (Porto Alegre). **ACM:** 88.7 Bahia FM; 102,1 FM Sul; Correio da Bahia; Globo FM (Rádio FM em Salvador); TV Bahia (afiliada da Rede Globo em Salvador e região); TV São Francisco (afiliada da Rede Globo em Juazeiro e região); TV Oeste (afiliada da Rede Globo em Barreiras e região); TV Santa Cruz (afiliada da Rede Globo em Itabuna e região); TV Subaé (afiliada da Rede Globo em Feira de Santana e região); TV Sudoeste (afiliada da Rede Globo em Vitória da Conquista e região); TV Salvador (canal fechado, transmitido em UHF ou por assinatura). (disponível em:

<http://www.trankera.org/antonio-carlos-magalhaes-acm-mais-conhecido-como-toninho-malvadeza-resumo-de-carreira-morte-e-quem-sera-seu-sucessor/>HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Antônio_Carlos_Magalhães" \l "mpreendimentos_da_fam.C3.ADlia". Acesso em 30.3.2009. **Marinho:** Globo Comunicações e participações S/A (Globopar), Brasília; Globo Comunicações e Participações S. A. (Globopar), Belo Horizonte; TV Juiz de Fora Ltda. (Juiz de Fora); Televisão Sul de Minas Ltda. (Varginha); TV Cataratas Ltda. (Foz do Iguaçu); Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A (Curitiba); Sociedade Rádio Emissora Paranaense SA (Londrina); Globo Comunicações e participações S.A (Globopar), Recife; Canal e Transmissões Intertv S.A. (Nova Friburgo); Globo Comunicações e participações S.A. (Globopar) Rio de Janeiro; TV Bauru S.A. (Bauru); TV Fronteira Paulista Ltda. (Presidente Prudente); TV São José do Rio Preto S.A. (São José do Rio Preto); TV Aliança Paulista S/A (Sorocaba); Globo Comunicações e Participações S. A. (Globopar), São Paulo; TV Vale do Paraíba S.A. (São José dos Campos). O Globo (Jornal) Rio de Janeiro; Extra (Jornal) Rio de Janeiro; Diário de São Paulo (Jornal) São Paulo; Valor Econômico (Jornal). (Fonte: http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_13285.asp e <http://www.avrilmidia.com/blog/?p=57> (Acesso em 30/03/2009). **Sarney:** Rádio Difusora FM de Timon Ltda / FM Canal 260; Televisão Mirante Ltda. / TV Canal 10; Rádio Mirante Ltda. FM / Canal 241; Rádio Interior Ltda. / OM Frequência 710 Khz; Rádio Mirante do Maranhão Ltda./ TV Canal 10; Rádio Mirante do Maranhão Ltda / OM Frequência 830 Khz; Rádio Mirante do Maranhão Ltda / FM/ Canal 236; TV Itapicuru Ltda. /TV Canal 9; Rádio Interior Ltda./ OM Frequência 1230 Khz. (Disponível em http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/mesaredondas/ed_araujo.doc. Acesso em 30/3/2009. **Saad:** Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda.(Salvador); Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. (Belo Horizonte); Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda. (Rio de Janeiro); Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (São Paulo); Rádio e Televisão Bandeirantes de Campinas Ltda. (Campinas); Televisão Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda. (Presidente Prudente); Televisão Bandeirantes do Paraná Ltda. (Curitiba).

⁵ BREED, W.. **Social control in the Newsroom:** A function analysis. Social Forces, v. 33, outono. In: TRAQUINA, 2001. p. 71.



Comunicação: princípio fundante

Para Morin, o desenvolvimento da Comunicação entre indivíduos pressupõe: 1. desenvolvimento de um código/linguagem (químico, gestual, mímico/sonoro); 2. desenvolvimento das relações interpessoais (inclusive, afetivas); 3. estratégias coletivas de ataque ou de defesa; 4. transmissão das informações; 5. aquisição de conhecimentos em outrem; 6. procedimentos de confirmação/verificação dos dados ou acontecimentos. A partir disso, ele conclui que a relação com o outro desenvolve o conhecimento “e a dialética ação/conhecimento torna-se uma dialética ação/conhecimento/Comunicação”. (MORIN, 2002c, p. 64).

Entendemos comunicação como processo que se desenvolve em diferentes instâncias ou etapas. Numa primeira instância, os sujeitos recebem dados. Numa segunda instância, eles processam essa massa de dados. Numa terceira instância, esse processamento gera respostas multifocais, ou seja, de sentidos variados. O processo de comunicação somente se atualizará à medida que houver interação entre os sujeitos.

A comunicação, por estar totalmente comprometida com o discurso e o comportamento humano, situa-se, de fato, num terreno limítrofe entre a ciência e a arte, por onde passam a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Ética, a Lingüística, a Semiótica etc., para citar algumas das principais ciências humanas. Um dos produtos dessa nova perspectiva é a reflexão crítica sobre o discurso organizacional e a análise de seu funcionamento e de seus resultados e efeitos no âmbito externo e interno das organizações administrativas. As organizações passam – elas próprias – a ser compreendidas *como discursos* que invocam várias vozes (polifonia) e várias lógicas (dialogismo). (BLIKSTEIN, ALVES; GOMES, 2004 grifo do original)⁶

Como separar linguagem e comunicação? E como desarticular discurso e prática de poder? A articulação da linguagem leva à criação do sentido e, nas cadeias significantes, estará a possibilidade de geração de múltiplos desses sentidos, pois é indiscutível que “todo Sujeito que engaja seu Discurso no curto-circuito da falação *“faz necessariamente ouvir muito mais do que ele crê dizer”*”. (DOR, 1989, p. 154, grifo do original).

Foucault mostra a noção de Discurso como

um conjunto de enunciados na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um número limitado de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (FOUCAULT, 1986, p. 135-136).

Ele mostra o Discurso, como “um jogo estratégico e polêmico, de ação e reação, pergunta e resposta dominação e esquiva, luta.[...]. Espaço em que saber e Poder se articulam.” (1974, p. 6). Diz, ainda, que quem fala fala de um lugar reconhecido institucionalmente (autoridade do Discurso);

⁶ BLIKSTEIN, Izidoro; ALVES, Mário Aquino; GOMES, Mauro Tapias. **Nova técnica**: os estudos organizacionais e a Comunicação no Brasil. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cybthia; NORD, Walter R (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. Modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3.



portanto, faz circular o saber (institucional) e com isso gera Poder (da Igreja, por exemplo, ou o da ciência). A produção desse Discurso gerador de Poder é organizada e distribuída por procedimentos cuja função é eliminar todo tipo de ameaça a sua permanência. No caso da imprensa, Traquina lembra que “o jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle”. (2001, p. 77).

A “ordem discursiva” (REVEL, 2002, p. 37) própria a um período particular possui uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas. Uma mesma palavra assume sentidos opostos, dependendo do discurso onde esteja inserida. Bakhtin (1995, p. 32) afirma que [ela] “é a arena privilegiada onde se desenvolve a luta de classes”. Portanto, podemos dizer que os diversos discursos materializam-se em “visões de mundo” das diferentes classes sociais com seus interesses antagônicos: são as várias formações ideológicas correspondentes às várias formações discursivas. (BRANDÃO, s.d., p. 52). E, para Pêcheux (1988, p. 160), “[...] as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. Parece-nos importante destacar que a linguagem pode funcionar como verdadeiro centro de Poder. Tudo passa por ela.

Para Foucault, temos uma Formação Discursiva

sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas [...]. (FOUCAULT, 1986, p. 46).

O que Foucault denomina de Formação Discursiva, portanto, é um grupo de enunciados⁸, ou seja, um conjunto de performances verbais, ligadas no nível dos enunciados. E o que legitima uma frase, uma proposição ou um ato de fala como enunciado é a *função enunciativa*, ou seja, ele ser produzido por um sujeito a partir de um lugar institucional, determinado por regras socio-históricas que permitem que ele seja enunciado.

Não há enunciado, em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo; ele se integra sempre em um jogo enunciativo. (FOUCAULT, 1986, p. 114).

É importante pontuarmos a paulatina absorção, pelas Organizações, de papéis por tradição desempenhados pelo Estado. Segurança, saúde, ensino, por exemplo, vêm sendo supridos por

⁸ Unidade elementar do Discurso. (GREGOLIN, Maria do Carmo. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: duelos e diálogos**. São Paulo: Claraluz, 2004. p. 89). Ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma **função** que cruza um domínio de estrutura e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. p. 98-99).



organizações junto a seus públicos. Parece-nos enriquecedor resgatar alguns pontos colocados por Althusser e que explicam (ou justificam?) esse contexto. Pela cartilha do marxismo, ele mostra o Estado como uma máquina de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia. Os clássicos do marxismo chamaram isso de *Aparelho de Estado*.

Termo [que] compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância [...] quando a polícia e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos acontecimentos”; e, acima deste conjunto, o Chefe de estado, o Governo e a Administração. (ALTHUSSER, 1974, p. 62-67).

É importante frisarmos, ainda segundo Althusser (1974, p. 67), que o “Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence ao domínio público”. Por outro lado “a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado” a exemplo de Igrejas, famílias, algumas escolas, organizações, entre outros, os quais permeiam a produção de significação. Freitas (2002, p. 10) explica as organizações modernas como espaço de trabalho e de “interação e representação humanas, habitados por um imaginário que é socialmente construído e veiculado interna e externamente”.

Num contexto econômico de acirrada competição, de mecanização extremada e tecnologização de processos, de conglomerados com alto poder de barganha, a crise de emprego é estrutural. Assim, o sujeito pode ver-se compelido a entrar no jogo da barganha, empreendendo todos os esforços possíveis para manter seu emprego e sua empregabilidade. “O emprego é um privilégio em troca do silêncio sobre as condições de trabalho e os efeitos desestabilizadores (psíquicos) das novas práticas de gestão.” (FREITAS, 2002, p. 62).

Ideologia: real x imaginário

Ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Ela funciona como um espelho duplo, e essa estrutura especular garante: – a interpelação dos “indivíduos como Sujeitos; – sua submissão ao Sujeito; – o reconhecimento mútuo entre os Sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios Sujeitos, e o reconhecimento de cada Sujeito por si mesmo; – que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os Sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo, tudo estará bem.” (ALTHUSSER, 2003, p. 102-103). O autor a relaciona, ainda, à proposição de Freud, quando diz que o inconsciente é eterno,⁹ e, portanto, não tem história (p. 84).

⁹ Para Freud “os processos Ics. [inconscientes] são *intemporais*; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs. [consciente]. (FREUD, Sigmund. **Edição Standard das obras completas de Freud**. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1974a, p. 214, v. XIV).



Sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: os indivíduos são sempre/já sujeitos. (ALTHUSSER, 2003, p. 98).

A essa altura, julgamos importante aprofundar nossa reflexão sobre as noções de ideologia e alienação, buscando estreitar os pontos de contato entre Althusser, Freud e Morin, mesmo que abramos alguns flancos para a crítica.

Freud explica que, originalmente, a renúncia ao instinto¹⁰ constituía o resultado do medo de uma autoridade externa: renunciava-se às próprias satisfações para não se perder o amor da autoridade. Se se efetuava essa renúncia, estar-se-ia quite com a autoridade, e nenhum sentimento de culpa permanecia (1974b). Mas, no que diz respeito ao medo do superego, a renúncia instintiva não basta, pois o desejo persiste e não pode ser escondido dele. “Assim [...] uma ameaça de infelicidade externa – perda de amor e castigo por parte de autoridade externa – foi permutada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa.” (1974b, p. 152). Aqui, más intenções e más ações se equivalem, donde surgem o sentimento de culpa e a necessidade de punição. Freud postula, portanto, que a “ansiedade que depois vai se tornar consciência é, na verdade, a causa da renúncia instintiva”. Depois, porém, essa relação se inverte – a renúncia ao instinto será causa da ansiedade (o que leva a pensar no princípio do *Anel ou Circuito Recursivo*, onde temos que “os produtos e os efeitos são eles próprios produtores e causadores daquilo que os produz”. (MORIN, 2007, p.74).

Portanto, num segundo momento, “a renúncia ao instinto torna-se uma fonte dinâmica de consciência, e cada nova renúncia aumenta a severidade e a intolerância desta última (consciência)”(Freud, 1974b, p. 151). O autor lembra que “se pudéssemos colocar isso mais em harmonia com o que já sabemos sobre a história da origem da consciência, ficaríamos tentados a defender a afirmativa paradoxal de que a consciência é o resultado da renúncia instintiva, ou que a renúncia instintiva (imposta a nós de fora) cria a consciência, a qual, então, exige mais renúncias instintivas.” É exatamente nesse ponto que vemos tomar corpo o processo de alienação. Se, como enuncia Freud (1974b, p. 152-153, v.XVI), o superego assume cada uma das agressões de cuja satisfação o indivíduo abre mão, o resultado é o aumento da agressividade em relação ao ego.

Como, então, sintonizar com a afirmativa de que a agressividade original da consciência é uma continuação da severidade da autoridade externa? Freud responde ao dizer que

O relacionamento entre o superego e o ego constitui um retorno, deformado por um desejo, dos relacionamentos reais existentes entre o ego, ainda individualizado, e um objeto externo. Isso também é típico. A diferença essencial porém, é que a severidade original do superego não representa – ou não representa tanto – a severidade que dele [do objeto] se experimentou ou que se lhe atribui. Representa, antes, nossa própria agressividade para com ele. Se isso é correto, podemos verdadeiramente afirmar que, de início, a consciência surge através da repressão de um impulso agressivo, sendo

¹⁰ Instinto é a tradução, inadequada, para o que Freud chama de *trieb*, do alemão: pulsão (pulsão de vida/pulsão de morte...).

subseqüentemente reforçada por novas repressões do mesmo tipo. (1974b, p. 153, v. XVI).

Na formação do superego e no surgimento da consciência, Freud vê fatores constitucionais inatos e influências do ambiente real atuando de forma combinada, o que nos faz ver aí a possibilidade de diferentes níveis de alienação e a possibilidade da tomada de consciência em diferentes níveis de sujeito a sujeito. Talvez seja importante destacarmos o que Freud definirá como *herança arcaica*, ao adotar a hipótese de que

os precipitados psíquicos do período primevo se tornaram propriedade herdada, a qual em cada geração, não exigia aquisição mas apenas um redespertar. Nisso temos em mente o simbolismo ‘inato’ que deriva do período do desenvolvimento da fala, familiar a todas as crianças sem que elas sejam instruídas, e que é o mesmo entre todos os povos, apesar de suas diferentes línguas. O que talvez ainda nos possa faltar em certeza aqui é compensado por outros produtos da pesquisa psicanalítica. Descobrimos que, em certo número de relações importantes, nossas crianças reagem, não de maneira correspondente a suas próprias experiências, mas instintivamente, como animais, de um modo que só é explicável como aquisição filogenética. (FREUD, 1996, p. 146, v. XXIII).

É dessa forma que compreendemos Althusser quando diz que a ideologia é eterna e sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos [...] o que necessariamente nos leva a uma última formulação: *os indivíduos são sempre/já sujeitos*. (ALTHUSSER, 2003, p. 98). Nesse momento, sua posição não tem um viés estruturalista, mas dialético, o que permite o diálogo tanto com a Psicanálise de Freud quanto com a complexidade de Morin.

Voltando a Althusser (2003, p. 84), veremos que a Ideologia é material, pois “existe em um aparelho e em sua prática ou práticas. Ele sugere, ainda, que ela

[...] “age” ou “funciona” de tal forma que [...] “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana “ei, você aí!” (ALTHUSSER, 2003, p. 94-95, grifo do original).

Além da qualificação, a reprodução da força de trabalho exige uma reprodução de sua submissão à ordem estabelecida. Dessa forma, a reprodução da Ideologia dominante pressupõe um combate permanente, geneticamente subordinado à luta de classes.

Ao tecer sua teoria sobre a ideologia, Althusser deixa clara a influência de Marx, Freud, Lacan, Spinoza e Maquiavel. A relação entre marxismo, Psicanálise e estruturalismo permeia, de maneira interdisciplinar, a produção teórica de Althusser. Ramos alerta que desconhecer isso “é cegar-se para a profundidade da abordagem, que, dialeticamente, fixa as relações entre o social e a subjetividade¹¹”.

Morin pontua muito bem ao lembrar que, “ao contrário das filosofias, que são e permanecem teorias, as ideologias são doutrinárias, racionalizadoras (tudo se explica segundo sua lógica) e idealistas (todo o real é assimilado/apropriado pela sua idéia”. (2002c, p. 172). A Igreja, a escola, a família, a

¹¹ Althusser e Barthes: vértices epistemológicos. Artigo publicado na **Revista FAMECOS** 17, abril 2002, p. 110 - 116.



estrutura jurídica, a política, os sindicatos e os sistemas de informação e entretenimento, entre outros, constituem os Aparelhos Ideológicos de Estado, que vão, no plano institucional, segundo Althusser, garantir a difusão da Ideologia da classe dominante, de forma predominante pela persuasão, mas, em alguns momentos, usando, também, a coerção. Lacan (2007, p. 19) diz que “a constelação do sujeito é formada na tradição familiar pelo relato de um certo número de traços que especificam a união dos pais”. Temos amarradas, assim, as noções de ideologia, cultura e sujeito, o que leva a pensar no imbricamento das noções de capital e trabalho, ou seja, organizações e seus sujeitos.

Pensarmos nas categorias interpelação e reconhecimento nos ajuda a compreender a ideologia althusseriana. É recorrendo a esses dois mecanismos que a ideologia, atualizada na vida social, produz a transformação de indivíduos em sujeitos. Brandão (s. d., p. 23) pontua que “o reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos”. Para Freud, o inconsciente é a-histórico e intemporal, sempre esteve lá. Por esse caminho, chegamos ao sujeito absoluto (*sempre já sujeito*), que interpela aquele que se reconhece como sujeito livre para ser submisso a quem o chama. Temos, assim, posta, a estrutura imutável, aquilo a que o “Sujeito se assujeita”, o que nos lembra Freud quando diz que “o ego não é senhor em sua própria casa”. (FREUD, 1976b, p. 336, v. XVI). A construção do sujeito se dá, portanto, a partir do imaginário, ou seja, as relações desse Sujeito com o grande Outro, que o determina, mas que é construído por ele, e disso ele não consegue escapar, o que nos traz Morin, quando fala *na auto-organização: autonomia/dependência*, que pensa os seres vivos como auto-organizadores e autoprodutores, dependendo energia no sentido de preservar sua autonomia.

Morin aponta um dos modos como se operacionaliza o aparelhamento de ideias na contemporaneidade, quando afirma, analisando a cultura de massa:

A indústria cultural atrai e prende por salários muito altos os jornalistas e escritores de talento: ela, porém, não faz frutificar senão a parte desse talento conciliável com os padrões. Constitui-se, portanto, no seio do mundo da cultura industrial, uma inteligentia criadora, sobre a qual pesam grosseiramente a divisão do trabalho e a burocracia e cujas possibilidades são subdesenvolvidas. O *copydesk*, anonimamente, dá forma às aventuras de Margaret no France-Dimanche [...] O autor não pode mais se identificar com sua obra. (MORIN, 2007, p. 32-33 grifos do original).

O autor descreve esse quadro como “um fenômeno de alienação” (2007, p. 33), e estabelece uma “analogia com o do operário industrial, mas em condições subjetivas e objetivas particulares”, (p. 33), apontando para uma diferença essencial: “O autor é excessivamente bem pago” (p. 33). Isso nos leva a refletir sobre a situação gestor/executivo inserido em uma organização. Enquanto o operário recebe um Discurso acabado, o executivo precisa “convencer-se para convencer”, o que nos remete a Freitas, quando diz que

Nas empresas modernas, particularmente entre os membros do corpo executivo, as necessidades dos indivíduos ultrapassam em muito as econômicas. Eles são as maiores vítimas de seus próprios discursos, da própria encenação de identidade social, da própria dependência criada pela necessidade de alimentação contínua do



reconhecimento dos pares (mesmo os odiados), do prestígio, das relações sociais ‘relevantes’, do *status* evidente. Os laços que os unem à empresa são cada vez mais apertados, e eles precisam correr muito para ficar no mesmo lugar. (FREITAS, 2002, p. 165, grifo do original).

Ao mencionarmos organização/instituição e ideologia, surge a necessidade de mencionar as relações e disputas de poder ali instituídas. Essa disputa, ao que podemos perceber, anda em pelo menos três níveis simultâneos: a) quando o grupo dominante, na defesa de seus interesses, busca impingir a outro grupo valores/crenças/ideias e interesses (Cultura); b) quando se manifestam, no interior desse mesmo grupo dominante, vozes destoantes, com a formação orgânica/dinâmica de subgrupos, na defesa de seus valores particulares; c) quando o grupo dominado se submete, mas obtém com isso pelo menos um tipo de vantagem, o que o coloca em posição de litigante e não apenas de dominado. Se podemos estabelecer uma relação entre libido e poder, teremos que a libido se manifesta, nesse caso, no sintoma, que substitui um desejo recalcado.¹²

O poder não é uma entidade unitária e estável. (FOUCAULT, 1979). Ele está íntima e indissociavelmente ligado às relações que se desenham a partir de condições históricas, portanto complexas e que implicam efeitos múltiplos, nem sempre previsíveis e que podem dar-se fora do próprio campo do poder. “Isso implica dizer que a subjetividade tem papel de destaque nas relações de poder.” (REVEL, 2002, p. 67). Assim, uma tentativa de compreensão do poder passaria pela tentativa de compreensão da subjetividade, se considerarmos, na análise, as práticas, os saberes e as instituições. Foucault explicita, em *Microfísica do poder* (1979), que o poder se pulveriza na sociedade em inúmeros poderes. Ele não existe, senão em ato e exercido por uns sobre os outros.

Práticas, saberes e instituições funcionam integrados de forma circular, retroalimentando-se, à maneira do Princípio do *Circuito Retroativo* moriniano, segundo o qual a causalidade não é linear. Os efeitos não decorrem de uma única causa, assim como uma causa pode levar a diferentes efeitos. Podemos pensar, aqui, no contexto do início do século XIX, quando acontece a consolidação do processo industrial e de formação da sociedade capitalista.

Toda a penalidade do século XIX transforma-se em controle, não apenas sobre aquilo que fazem os indivíduos – está ou não em conformidade com a lei? mas sobre aquilo que eles estão sujeitos a fazer, daquilo que eles estão na iminência de fazer [...]. Essa extensão do controle social corresponde a uma “nova distribuição espacial e social da riqueza industrial e agrícola. É a formação da sociedade capitalista, isto é, a necessidade de controlar os fluxos e a repartição espacial da mão-de-obra, levando em consideração necessidades da produção e do mercado de trabalho, que torna necessária uma verdadeira ortopedia social, para a qual o desenvolvimento da polícia e da vigilância das populações são os instrumentos essenciais. (REVEL, 2002, p. 29).

O controle¹³ social passaria, assim, pela justiça, mas também por esferas de poder por ela

¹² A construção de um sintoma é o substituto de alguma outra coisa que não aconteceu. O sintoma é um fenômeno que constitui, para a psicanálise, não o sinal de uma doença, mas a expressão de um conflito inconsciente. (CHEMAMA, Roland; VANDERMERSCH, Bernard. **Dicionário de psicanálise**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2007. p. 354).

¹³ Morin fala em subjugação, noção que, segundo ele, no sentido biológico, é o fenômeno pelo qual um dominador impõe comando e controle aos aparelhos (reprodutores e/ou cerebrais) de outros seres vivos; utiliza ou inibe as suas qualidades



avalizadas, e que buscam constituir populações “abrigadas” por modelos normativos, integrados num aparelho de estado centralizado. A conjunção da ação dessas esferas de poder sobre a sociedade acaba por tecer uma malha, que de um lado envolve, “protege”, e de outro, limita, gerindo a existência de cada indivíduo que, integrado, não percebe que, como ator social, apenas reproduz relações de poder ou de dominação, dependendo da “máscara” (lugar) que lhe cabe.

Talvez seja preciso pensar que, a partir da segunda metade do século XX, temos um contexto diverso daquele desenhado no século XIX. Aumenta não apenas a ansiedade/pressão pela transparência/visibilidade, mas a competência para análises complexas, em múltiplas perspectivas. A verdade única e linear é destronada, dando espaço a múltiplas vozes. Na mesma proporção, em contrapartida, aumentam os modos/sistemas de controle, com destaque nos tecnológicos (câmeras, circuitos, *chips* e alarmes), investidos da máscara de progresso.

Assim, a noção de disciplina, tão cara à formulação benthaminiana do “panóptico”, ao contrário do que pareceria num primeiro momento, não perde força na sociedade contemporânea, apenas atualiza-se com nova roupagem, na medida em que seu foco de atenção precisa ser, nos parece, mais na direção da psique do que dos “corpos dóceis” dos sujeitos sociais.

Morin alerta: “Toda esperança é tola se ignora que, por trás da Comunicação Social há o comando por aparelhos, ou seja, a ligação confusa e desconhecida entre Comunicação e dominação.” (2002a, p. 312). O que pretendemos pensar, porém, é que as reações dos sujeitos não são previsíveis/programáveis/ controláveis, e que, portanto, o poder não é monolítico, as suas instâncias não são impermeáveis, havendo, em seus interstícios, a possibilidade de instalação de novas conformações, novos desenhos de relações e sociabilidades, ainda mais se levarmos em consideração que os efeitos ou produtos retroagem sobre as suas causas, figurando como causadores e produtores no próprio processo e sendo os estados finais necessários à geração dos iniciais.

É importante lembrar que

as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo se impõem e as mantêm.

Elas são instrumentos para, por exemplo, “fixar os operários ao aparelho de produção”, na medida em que eles se constituem na força produtiva ou de trabalho. “Interessa, então, estabelecer um código que vai distinguir o bom do mau operário, adequando-o às necessidades de quem detém os meios de produção. (FOUCAULT, 1997, p. 12).

As práticas discursivas trazem consigo um código, a *ordem do discurso*, que vai determinar o que pode e o que não pode ser materializado pelo enunciado, “que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização e que coloca, por conseguinte, desde sua

(organizacionais ou operacionais) para a realização dos seus próprios fins. (MORIN, Edgar. **O Método 2**: a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 89).



existência, a questão do Poder; que é objeto de uma luta, e de uma luta política”. (FOUCAULT, 1986, p. 139).

Segundo Revel (2002), a análise da noção de poder, pautada em Foucault, demanda que pensemos no sistema de diferenciação, condição de emergência e causa de poder; no objetivo da ação sobre a ação dos outros; nas modalidades instrumentais do poder; nas suas formas de institucionalização e no seu grau de racionalização, em função de alguns indicadores. Foucault não dispõe em campos opostos o poder e a liberdade, na medida em que a resistência a ele está em seu próprio interior.

Cultura: terra que molda o solo

Podemos chamar de cultura a maneira pela qual um grupo comunitário supre suas necessidades materiais e psicossociais. Ela aparece como o modo pelo qual essa comunidade desenha seu perfil a partir da necessidade e do desejo de adaptação ao/do meio ambiente; imprime sentido às atividades de grupos organizados/coesos, reunidos em determinado espaço/tempo. Em *O futuro de uma ilusão*, Freud mostra que

aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais – e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização¹⁴ –, apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. (FREUD, 1974b, v. XXI, p. 16).

É importante, também, lembrar que para Freud (1974b) os homens são naturalmente agressivos, vendo no próximo um ajudante potencial, um objeto sexual, alguém que o tenta a satisfazer sobre ele agressividade, explorar a capacidade de trabalho sem compensar, humilhar, fazer sofrer, torturar e matar. Daí que “a civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas”. (FREUD, 1974b, v. XXI, p. 133 e 134).

Assim, podemos compreender que os componentes luta e competição acompanham as atividades instintuais do Sujeito, numa instância anterior mesmo à sua organização/divisão em classes. Freud lembra que “a oposição não é necessariamente inimizade; simplesmente, ela é mal empregada e tornada *ocasião* para a inimizade”. (1974b, p. 134, grifo do original). Está posta, portanto, uma questão fundante para análise das relações capital x trabalho e das relações de poder.

¹⁴ *Kultur*, no alemão, não equivale exatamente à palavra *cultura*. Costuma ser traduzida por cultura ou civilização, apesar de civilização remeter a *zivilization* e cultura a *bildung*.



Ao falar em organizações/instituições, é importante que façamos referência à subcategoria Cultura Organizacional, não sem antes frisar que o conceito de cultura está associado ao conceito de movimento.

[...] Representações imaginárias que uma organização cultiva identificam quem é quem, demarcam praxes nem sempre explícitas, impõem precedências e formalidades compulsórias, regulam expectativas e pautas de comportamentos, e, por fim, exigem cautela e aprendizagem por parte de todos os membros. Uma vez que não são ensinadas de forma sistemática, acabam sendo em boa parte adivinhadas. Compõem um mapa ou um kit de sobrevivência, ou, que força misteriosa é esta? A cultura organizacional reproduz-se sob o crivo de uma série de controles sociais. Não se resume à somatória das opiniões dos agentes sociais que a partilham, pois tem vida própria e constitui uma das dimensões da organização. Enquanto a dimensão política traça o espaço da arena em que se articulam as relações de poder e a dimensão econômica demarca o espaço da praça em que se articulam as relações de haver, a dimensão simbólica representa o espaço do palco em que se articulam as relações de saber. (SROUR, 1998, p. 168).

Assim, ao mesmo tempo em que pretende apresentar um diversificado arcabouço de determinações comportamentais que, em teoria, tenderiam à estabilidade, a Cultura Organizacional também agrega novos elementos, transformando-se continuamente.

Percebemos um vínculo estreito entre cultura organizacional e ideologia. E, ao falarmos em Ideologia, é impossível não tocarmos na questão da disputa de poder, o que exige que olhemos, também, na direção de algumas outras noções fundantes, como controle, dominação e disciplina. Percebemos, além disso, “caráter multidimensional e complexo nos componentes do conhecimento/problemas, o que demanda o difícil diálogo entre a reflexão subjetiva e o conhecimento objetivo”. (MORIN, 2002a, p. 29).

O desejo de cooperação/cooptação aparece como fio condutor do comportamento, mesmo quando a forma como a Organização se relaciona com o empregado aparenta ambivalência. Se tomarmos, a título de exemplo, um trabalhador da produção e um executivo, veremos dois *modus operandi* distintos. A instância crítica do primeiro será enfraquecida, estabelecendo-se uma relação unilateral e imobilizadora, que abala sua autoestima e o poder de confiança/decisão. Dele espera-se que reproduza um modelo acabado. O segundo será estimulado a criar/pensar/gerar. Decisões, autonomia, inovação são a contribuição que a organização espera (exige) dele, em troca do estímulo que oferece ao seu narcisismo. Assim, estão ambos, de maneira oposta, presos à cultura daquela organização, cujos valores acabam por sofrer uma espécie de reificação, mesmo tratando-se de organizações teoricamente assépticas, como as de comunicação.

7. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Porto, Portugal: Presença, 1974.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Graal, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.



- BLIKSTEIN, Izidoro; ALVES, Mário Aquino; GOMES, Mauro Tapias. **Nova técnica: os estudos organizacionais e a Comunicação no Brasil.** In: CLEGG, Stuart R.; HARDY, Cybthia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais.** Modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3.
- BARBOSA, André Filho; CASTRO, Cosette. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos.** São Paulo: Paulinas, 2008.
- BOITO, JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999
- BRANDÃO, Maria Helena. **Introdução à análise do discurso.** 7. ed. Campinas: Unicamp, s.d.
- CHEMAMA, Roland; VANDERMERSCH, Bernard. **Dicionário de Psicanálise.** São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2007.
- CLEGG, Stuart R.; HARDY, Cybthia; NORD, Walter R (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas 1999 v. 1.
- CLEGG, Stuart R.; HARDY, Cybthia; NORD, Walter R (Org.). **Handbook de estudos organizacionais.** Modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas 2004, v. 3.
- DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Cadernos da PUC, 1974.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: 17. ed. (1979) Rio de Janeiro: Graal, 2002 (Brasil).
- FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXIII.
- FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976b. v. XVI.
- FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1974a. v. XIV.
- FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** 1974b. v. XXI.
- GREGOLIN, Maria do Carmo. **Foucault & Pêcheux na análise do discurso: duelos & diálogos.** São Paulo: Claraluz, 2004.
- LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico ou Poesia e verdade na neurose.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007. (Coleção Campo Freudiano no Brasil).
- MORIN, Edgar. **O Método 2: a vida da vida.** Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MORIN, Edgar. **O Método 1: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2002a.
- MORIN, Edgar. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002b.
- MORIN, Edgar. **O Método 4: as idéias.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002c.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose.** 9. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária, 2007. v. 1.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura e acontecimento.** 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- REVEL, Judith. Foucault. **Conceitos essenciais.** São Paulo: Claraluz, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XXI.** São Leopoldo; Unisinos, 2001.
- RAMOS, R. Althusser e Barthes: vértices epistemológicos. In **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 17 p. 110, abril 2002
- SROUR, Robert. **Poder, cultura e ética nas organizações.** 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.